

Cidades amigas das pessoas idosas – Alguns dados exploratórios do Concelho de Portalegre¹

Age-friendly cities – Some exploration data on Portalegre County

Paula Oliveira, Helena Arco, Andreia Costa, Miguel Arriaga,
Olga Louro, Sofia Roque, João Alves, Bruno Dionísio,
Alexandre Martins, Luísa Panaças, Maria de Deus Bravo

Resumo

Para a OMS “O envelhecimento ativo é o processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” dependendo de vários fatores, influências e sentimentos (OMS, 2007 citado em FCG, 2009: 5). Assim é essencial conhecermos as condições de vida destas pessoas, contemplando dimensões ligadas à territorialidade ao nível dos espaços lúdico-desportivos, habitacionais, de transporte, serviço comunitário e saúde. Importa perceber ainda a forma como é efetuada a participação e inclusão social, a participação cívica bem como as potencialidades e constrangimentos da comunicação e informação que é disponibilizada ao idoso, tendo como objetivo último melhorar as condições oferecidas aos idosos. Foi objetivo deste trabalho, gerar um retrato local onde as pessoas idosas e instituições possam fazer a sua autoavaliação e registar os progressos efetuados baseado em perceções. Como estratégia metodológica, utilizámos o questionário elaborado pela OMS e cedido em Portugal pela Associação Vida.

Palavras-chave: Idosos, cidade, condições de vida

Abstract

The WHO "Active aging is the process of optimizing health, participation and security in order to improve the quality of life as people age" depending on several factors, influences and feelings (WHO, 2007 cited in FCG, 2009:5). This is essential to know the living conditions of these people, considering the geographical dimensions linked to the level of leisure-sporting spaces, housing, transportation, health and community service. It even realize how it effected the participation and social inclusion, civic participation and the potential and constraints of communication and information that is available to the elderly, with the ultimate goal of improving conditions offered to seniors. The goal of this work was generate a picture where older people and institutions can make your self-assessment and record the progress made based on perceptions. As a methodological strategy, we used the questionnaire developed by WHO and ceded to Portugal by the Association Life.

Keywords: Seniors, city, living conditions

Projeto Cidades Amigas das Pessoas Idosas: contextualização e conceitos referência

Nas últimas décadas, o avanço científico e tecnológico caraterístico das sociedades modernas tem permitido avanços significativos na concretização da melhoria das condições de vida das populações, conferindo-lhes mais saúde, melhores condições de trabalho, melhores condições

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

de habitação, em suma, melhores condições de vida, o que tem conduzido, naturalmente, a uma maior longevidade.

O aumento da longevidade vai refletir-se no aumento do número de idosos na população e se juntarmos a este facto a diminuição da natalidade, somos confrontados com uma população cada vez mais envelhecida. Esta realidade pode ser observável em qualquer zona do mundo, mas é especialmente notória nas cidades que estão a aumentar largamente nos países em desenvolvimento. “Em 2030, cerca de três em cada cinco pessoas viverão em cidades e o número de habitantes das cidades nas regiões menos desenvolvidas será quatro vezes superior ao das regiões mais desenvolvidas” (OMS 2007, citado em FCG, 2009:3). Este cenário leva-nos a imaginar o crescimento urbanístico e as dinâmicas próprias que se criam nas comunidades e/ou cidades, incluindo o desenvolvimento científico, cultural, social, político e económico de onde emergem novas ideias, formas de vida, produções, tarefas, encargos e obrigações, sempre imaginando o caminho do progresso.

Em 2050 prevê-se que 25% da população urbana seja constituída por idosos. Este cenário, a concretizar-se, contrastará com o passado, o que implicará o reajustamento de contextos, dinâmicas e de ofertas de serviços nas cidades, adequando-as de forma sustentável às necessidades emergentes. Por outro lado, importa não esquecer que, à medida que as cidades crescem em dimensão e em número de população idosa, mais podem enriquecer, pelo recurso que os próprios idosos representam no contexto familiar e, paralelamente, pelos contributos que estes podem dar à sociedade, desde que lhes seja proporcionado apoio e possibilidade para que isso aconteça.

Torna-se então, pelo anteriormente exposto, imperativo analisar e refletir acerca das causas e consequências do envelhecimento demográfico enquanto fenómeno social das sociedades contemporâneas e das implicações resultantes das suas características. O desafio é perceber que tipo de respostas ou serviços de proximidade podem combater a desvinculação gradual dos idosos, que tendem muitas vezes a ficar alheados, quer da participação social, quer de uma vida familiar salutar.

Assumir 2012 como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações implica celebrar a longevidade, mas remete-nos também para a necessidade de nos posicionarmos e refletirmos sobre os problemas de forma a criar solidariedade entre gerações.

Coloca-nos, igualmente, desafios como o da urgência da tomada de consciência sobre a necessidade individual e coletiva de preparação de um projeto de envelhecimento, mudando hábitos e comportamentos, para além da responsabilização de todos, enquanto cidadãos, no combate à exclusão social, aos estereótipos, à discriminação e à indiferença. No fundo, trata-se de uma abordagem multidimensional de respostas, também elas pensadas e desenvolvidas em rede, que contribuirão para responder aos desafios com que nos deparamos.

Conforme preconizado pelo programa de ação de Portugal para o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações (2012), devem ser tomadas em conta dimensões de referência, tais como o reforço do papel das famílias, o reforço das relações intergeracionais, a valorização do papel, da participação ativa e do exercício dos direitos dos séniores e a maior e melhor prevenção de situações de dependência.

Neste sentido, as cidades vão ter que se adaptar e dotar de estruturas e condições de vida, pois “as pessoas mais velhas, em especial, têm necessidade de viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento” (*idem*:3) e para que desta forma seja possível receber os seus contributos, como uma mais-valia para as diferentes sociedades.

Esta situação foi considerada prioritária pelas Nações Unidas em 2002 e neste contexto surgiu em 2005 através da OMS o projeto “Cidades Amigas dos Idosos”, enquadrando-se no conceito de envelhecimento ativo que é o “processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”.

Em Portugal, a Associação VIDA – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Ativo, deu início a um projeto denominado “Cidades”, em que foi apresentado o conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS), para aplicação de uma lista de verificação (questionário) em Portugal Continental e nas Ilhas. Trata-se de um projeto de investigação-ação que visa a identificação das práticas e serviços em Portugal com o objetivo de os compreender, melhorar e reformar. O projeto é cofinanciado pela Direção Geral da Saúde e pela Fundação Calouste Gulbenkian, estando aberto a todos os municípios, instituições académicas e população em geral, que manifestem interesse em tornar as suas cidades mais amigas dos idosos.

De acordo com a OMS, “uma cidade amiga das pessoas idosas estimula o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Em termos práticos, uma cidade amiga das pessoas idosas adapta as suas estruturas e serviços, de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades”. (*idem*:1). Ainda assim, uma cidade amiga dos idosos não é só benefício para os idosos, mas sim para todas as faixas etárias, uma vez que, direta ou indiretamente, os benefícios são recíprocos. Neste sentido, a “palavra-chave”, no que diz respeito a cenários urbanos sociais e físicos assumidos como “amigos das pessoas mais idosas” é a “capacitação” (*idem*:6), sempre com o objetivo de promover a independência e prevenir as incapacidades, de forma a poder ser garantida a autonomia e qualidade de vida da população em geral e dos idosos em particular.

A partir dos pressupostos anteriores, a OMS identificou as características-chave de uma cidade amiga das pessoas idosas e preparou uma lista de verificação, que não pretende comparar cidades, mas sim, constituir uma ferramenta para que cada cidade se autoavale e possa delinear estratégias, no sentido de implementar as mudanças necessárias para melhorar as condições que oferece à sua população mais envelhecida.

A lista de verificação visa apontar os aspetos positivos e os obstáculos em relação a oito áreas: i) prédios públicos e espaços abertos; ii) transportes; iii) habitação; iv) participação social; v) respeito e inclusão social; vi) participação cívica e emprego; vii) comunicação e informação; viii) apoio comunitário e serviços de saúde. Estas áreas de intervenção, surgem elencadas no pressuposto de que o ambiente físico, as infraestruturas públicas e as condições habitacionais podem influenciar fortemente a mobilidade individual, a segurança, a proteção e a prevenção de acidentes domésticos e na via pública, constituindo atitudes promotoras de saúde e de participação social. Por outro lado, o ambiente da sociedade, o apoio comunitário e dos serviços de saúde, o nível cultural e de literacia individual podem, igualmente, influenciar o bem-estar psicológico, a participação social e o nível de saúde da mesma população.

Com base na aplicação da lista de verificação, pretende-se ainda o empoderamento das pessoas com mais de 55 anos envolvidas (através das respostas e sugestões dadas), a identificação das áreas prioritárias de atuação, a fundamentação de novos projetos de atuação com base nas oito áreas, a formulação de políticas para adequação de orientações técnicas e ainda a aquisição e o reforço de competências dos profissionais envolvidos, o enriquecimento

curricular das instituições e a integração na Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Estratégia metodológica e etapas da pesquisa

A estratégia metodológica implementada para a realização deste estudo partiu então de um modelo de questionário (lista de verificação) ensaiado e testado noutras cidades envolvidas no projeto Cidades Amigas das Pessoas Idosas. A investigação levada a cabo constituiu o prolongamento de uma parceria com a autarquia de Portalegre, em associação estreita com a Associação Vida.

No caso de Portalegre, a equipa do projeto agrega investigadores do Instituto Politécnico de Portalegre, na sua generalidade membros do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação (C3I-IPP), em articulação com um técnico superior da autarquia, reunindo, no seu conjunto, várias competências técnicas e científicas numa base interdisciplinar.

O questionário aplicado corresponde a uma versão reelaborada e ajustada à realidade do país e do concelho em particular, tendo sido, no entanto, aprofundados alguns indicadores numa das dimensões de análise. Consensualizado o modelo de questionário, tratou-se de operacionalizar o processo de recolha de informação, definindo-se uma amostra acidental, inicialmente composta por 368 indivíduos com idade superior a 55 anos (de acordo com as normas emanadas da equipa responsável pelo projeto a nível nacional), correspondendo a 4,2% da população do concelho. Este valor decorreu do número de residentes recenseados em 2001 (últimos dados oficiais disponíveis à altura do lançamento do questionário), tendo a mesma amostra sido repartida proporcionalmente ao volume de população residente em cada uma das freguesias.

Em virtude de várias dificuldades inerentes ao próprio processo de recolha de informação no terreno, o valor final da amostra cifrou-se na ordem dos 192 indivíduos (ver quadro 1). A recolha de informação esteve a cargo de uma equipa de estudantes da Escola Superior de Saúde e da Escola Superior de Educação, devidamente credenciados e após formação específica para o efeito. A aplicação dos questionários decorreu no período compreendido entre os meses de Fevereiro e Maio de 2012, sob acompanhamento e supervisão por parte dos elementos da equipa de investigação.

Quadro 1
Dimensão da amostra (acidental)

	Amostra final	Amostra inicial
Freg. Urbanas		
Sé	38	113
S. Lourenço:	26	89
Freg. Rurais		
Alagoa	11	11
Alegrete	34	35
Carreiras	12	11
Fortios	30	30
Reguengo	9	13
Ribeira de Nisa	11	23
S. Julião	0	11
Urra	21	33
TOTAL	192	368

Fonte: Elaboração própria

Para além da publicação de um relatório de cariz técnico a entregar à autarquia de Portalegre, contemplando não só os resultados do inquérito, mas também algumas propostas decorrentes das perceções e das avaliações realizadas pelos próprios inquiridos face às necessidades e prioridades em matéria de planeamento municipal dirigido a este segmento etário da população, outros produtos decorrentes da investigação tomarão a forma de um artigo científico, a publicar numa revista da especialidade, uma comunicação numa conferência internacional e outra num encontro nacional.

O concelho de Portalegre: breve caracterização territorial e sociodemográfica

O concelho de Portalegre encontra-se situado no Alto Alentejo (NUT 3), pertencendo à região do Alentejo (NUT 2), constituindo um território com 10 freguesias, duas das quais urbanas e as restantes de matriz rural.

A sede de concelho concentra a generalidade dos serviços públicos de apoio à população, bem como outros serviços de abrangência regional decorrentes da centralidade que o concelho ocupa no contexto da região. Para comprovar este diagnóstico basta uma abordagem dirigida aos dados demográficos, sociais e económicos, relativos às últimas décadas, acessíveis na generalidade dos documentos oficiais de natureza estatística, para reconhecer que o concelho de Portalegre constitui um polo urbano cuja centralidade tende a adquirir uma relevância

estratégica e funcional no contexto da região e, por conseguinte, ocupa um lugar destacado no âmbito dos fluxos de mobilidade das suas populações.

Do ponto de vista demográfico, o concelho tem registado uma diminuição generalizada da sua população, tendencialmente mais acentuada nas freguesias rurais, sobretudo nas que, geograficamente, distam mais da sede de concelho e onde o isolamento geográfico constitui um fator pouco atrativo para a fixação de população. Os últimos recenseamentos levados a cabo pelo INE confirmam esta tendência, sendo de assinalar, contudo, algumas dinâmicas de crescimento populacional, particularmente em duas freguesias periféricas ao centro urbano da cidade, assumindo um perfil de freguesias marcadamente residenciais e periféricas à cidade: Ribeira de Nisa e Fortios. Mesmo as freguesias urbanas (Sé e São Lourenço), de acordo com os dados disponíveis, parecem não escapar à tendência de diminuição da sua população residente, embora em proporção mais reduzida, comparativamente às freguesias rurais.

Nesta linha de análise de índole demográfica ganha particular importância o segmento da população de idade mais avançada. A somar ao decréscimo populacional, fenómeno transversal à generalidade do concelho, acresce o facto de uma fatia considerável da mesma população ter idade superior a 65 anos. Quer nas freguesias urbanas, quer nas freguesias rurais, salvaguardando as devidas diferenças, esta tendência é hoje um dado estrutural no que respeita à composição etária da população residente. Os dados (provisórios) já disponibilizados pelos Censo 2011 mostram a mesma tendência para o conjunto das freguesias do concelho, sendo possível observar igualmente o fenómeno do envelhecimento gradual da sua população, situação que, aliás, reproduz a realidade à escala nacional.

Tendo em conta que, em Portugal, os idosos representavam em 2008 17,4% da população, dados de 2011 mostram que a população idosa, com 65 ou mais anos, residente em Portugal é atualmente de 2,023 milhões de indivíduos (19% da população total), tendo crescido na mesma proporção na última década. As projeções elaboradas pelo INE estimam que em 2060 possam vir a residir no território nacional cerca de 3 idosos (32%) por cada jovem. Deste universo, também na última década, o número de pessoas idosas a viver sozinhas ou a residir exclusivamente com outras pessoas com 65 ou mais anos, aumentou 28%.

No caso específico do concelho de Portalegre, os valores conhecidos não só tendem a reproduzir este cenário, como mostram, inclusivamente, um nível de incidência mais

acentuado, quer no que toca à proporção da população idosa face ao total de indivíduos residentes no município, quer no que concerne, de modo específico, ao número de pessoas idosas a viver sozinhas.

Quadro 2
Concelho de Portalegre (2011)

	Homens:	Mulheres	Total
população residente	11 971	12 959	24 930
população com 65 ou mais anos	2 535	3 297	5 832

Fonte: INE, Censo 2011 (resultados provisórios)

Do quadro anterior constata-se que a proporção de pessoas idosas representa cerca de 23,4% face ao total da população residente no concelho, situação que tende a convergir com resultados muito similares verificados para outros concelhos limítrofes da região Alto Alentejo, com valores ainda mais significativos.

Estes dados e tendências demográficas, com particular incidência na população mais envelhecida do concelho, conduz-nos à reflexão sobre a necessidade de se ter em linha de conta esta realidade nos processos de planeamento das cidades e, especificamente, nas áreas onde este segmento da população tende a ocupar um papel e uma centralidade mais evidenciada. Reconhecer este imperativo é assumir que estamos hoje perante um conjunto de desafios que se colocam, tanto às equipas técnicas de planeamento urbanístico, como aos próprios decisores políticos locais, cujas responsabilidades neste âmbito ganham particular acuidade e pertinência. Na prática, quer uns, quer outros, confrontam-se com renovados desafios, cujo denominador comum passa por pensar e planear os espaços urbanos, procurando adaptá-los a este perfil populacional, desenhando e redimensionando acessos, estruturas e espaços, com condições mais adequadas às necessidades específicas das pessoas idosas, que permitam a estas últimas “viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento” (FCG, 2009).

Os resultados exploratórios adiante apresentados procuram evidenciar algumas das áreas de vivência urbana e de intervenção que, segundo a população inquirida, tendem a constituir vetores de planeamento e atuação política em termos futuros, visando aproximar a realidade de Portalegre a uma possível “cidade amiga das pessoas idosas”.

Resultados do inquérito à população sénior: perfil da pessoa idosa no concelho de Portalegre

O perfil da população idosa auscultada no âmbito deste estudo tende a reproduzir a perceção genericamente conhecida a respeito das principais características sociodemográficas da população mais envelhecida do país.

Para além de uma paridade no que se refere à composição em termos de género (46% homens, 54% de mulheres), o estado civil preponderante corresponde à situação de casado/união de facto para 56% da população inquirida. As situações de viuvez totalizam cerca de 35%, situação que se relaciona de perto com a observação de um considerável número de agregados domésticos compostos por apenas uma pessoa, como adiante se confirmará. Os estados civis “divorciado” e “solteiro” representam valores pouco expressivos no conjunto da população estudada, não ultrapassando os 6%.

Quadro 3
Estado Civil

	N	%	% Acum.
Casado / União de fato	107	55,7	55,7
Divorciado(a) /separado(a)	7	3,6	59,4
Solteiro(a)	11	5,7	65,1
Viúvo(a)	67	34,9	100,0
Total	192	100,0	

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

No que concerne aos níveis de escolaridade, observa-se que cerca de 77% da população inquirida apresenta no máximo o primeiro ciclo do ensino básico, sendo que cerca de 16% deste valor corresponde a casos de analfabetismo, apesar de 7% referir saber ler e escrever, mas sem ter frequentado a escola. Dos níveis de ensino mais elevados, destaque-se o facto de aproximadamente 7% ter uma licenciatura ou grau de ensino superior. Mais uma vez, também por via deste indicador, verifica-se uma relativa reprodução do perfil típico de escolaridade da generalidade da população idosa portuguesa.

Quadro 4
Grau de escolaridade

	N	%	% Acum.
Não sabe ler nem escrever	30	15,7	15,7
Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola	14	7,3	23,0
1º Ciclo incompleto	48	25,1	48,2
1º Ciclo completo	55	28,8	77,0
2º Ciclo completo	11	5,8	82,7
3º Ciclo completo	15	7,9	90,6
12º Ano	5	2,6	93,2
Licenciatura ou grau superior	13	6,8	100,0
Total	191	100,0	

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Na esfera profissional e tomando como referência dois indicadores associados – a condição perante o trabalho e a situação na profissão – a grande maioria dos inquiridos encontra-se em situação de inatividade laboral, perfazendo cerca de 83% do total, muito embora uma margem relativamente menor, mas ainda assim significativa (16%), se encontre ainda no mercado de trabalho. Dos que ainda trabalham ou já trabalharam, três quartos da população estudada (75%) desenvolve ou desenvolveu a sua atividade profissional por conta de outrem e apenas 17% por conta própria. A condição de patrão ocupa uma franja minoritária, não ultrapassando os 6%. Acresce o facto da generalidade das atividades profissionais identificadas inscreverem-se no setor primário e secundário da economia, paralelamente a um número significativo de casos cujas profissões remetem para o setor terciário mais desqualificado, ligadas sobretudo ao pequeno comércio local e a alguns serviços de menor exigências do ponto de vista qualificacional.

No que toca à idade da população inquirida, tendo em conta que o universo de partida teria que incluir cidadãos com idade igual ou superior a 55 anos, os dados observados mostram que aproximadamente 63% da população tem entre sessenta a oitenta anos, registando-se adicionalmente uma percentagem expressiva, na ordem dos 22%, com idade igual ou superior a oitenta anos. Os restantes 15% correspondem ao número de inquiridos com idade entre os cinquenta e cinco e os sessenta anos. Estes valores acentuam a tendência de um envelhecimento prolongado da população, situação que tende a ocorrer igualmente noutros territórios, de acordo com as mais recentes pesquisas desenvolvidas sobre a temática.

Por fim, cruzando a freguesia de residência com a composição do agregado familiar, é possível observar, numa primeira análise, que a maioria dos inquiridos pertence a agregados domésticos cuja composição não ultrapassa, para a generalidade dos casos, as duas pessoas. Aliás, em conjunto, as famílias compostas por dois elementos, mais as situações correspondentes a agregados domésticos compostos por apenas um indivíduo, perfazem cerca de 80% do total de inquiridos. Numa segunda análise e no caso destes últimos – agregados domésticos isolados – a sua distribuição pelas freguesias de residência evidencia uma ligeira sobre representação nas duas freguesias de matriz urbana e em algumas freguesias rurais, mais numerosas do ponto de vista populacional.

Quadro 5
Composição do Agregado Familiar por Freguesia de Residência
(leitura em coluna)

Freguesia de Residência		Composição do Agregado Familiar					Total
		Vive só / Isolado(a)	Vive com o cônjuge	Vive com os filhos	Vive com o cônjuge e os filhos	Outra situação	
Sé	N	11	18	1	5	0	35
	%	19,0%	20,0%	7,7%	33,3%	,0%	18,8%
São Lourenço	N	11	9	1	4	1	26
	%	19,0%	10,0%	7,7%	26,7%	10,0%	14,0%
Alagoa	N	6	5	0	0	0	11
	%	10,3%	5,6%	,0%	,0%	,0%	5,9%
Alegrete	N	9	16	5	3	1	34
	%	15,5%	17,8%	38,5%	20,0%	10,0%	18,3%
Carreiras	N	5	2	1	0	4	12
	%	8,6%	2,2%	7,7%	,0%	40,0%	6,5%
Fortios	N	8	13	3	1	3	28
	%	13,8%	14,4%	23,1%	6,7%	30,0%	15,1%
Reguengo	N	3	3	1	0	1	8
	%	5,2%	3,3%	7,7%	,0%	10,0%	4,3%
Ribeira de Nisa	N	4	4	1	2	0	11
	%	6,9%	4,4%	7,7%	13,3%	,0%	5,9%
Urra	N	1	20	0	0	0	21
	%	1,7%	22,2%	,0%	,0%	,0%	11,3%
Total	N	58	90	13	15	10	186
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Já no caso das famílias em que a coabitação é geralmente partilhada apenas com o cônjuge, a sua distribuição territorial apresenta-se de modo transversal às freguesias, tanto rurais como urbanas, muito embora seja de assinalar uma expressão mais significativa em três delas. É o caso das freguesias da Urra, Sé e Alegrete. As restantes modalidades de coabitação

distribuem-se de forma relativamente idêntica pelos vários locais de residência, correspondendo a um menor número de famílias no conjunto da amostra estudada (20%).

Equipamentos e Serviços mais utilizados

No que concerne à utilização, com mais ou menos regularidade, dos inquiridos face aos equipamentos e serviços disponíveis no concelho de Portalegre, observa-se uma clara preponderância dos espaços públicos, significando um tipo de apropriação de vocação lúdica e de fruição da cidade, designadamente jardins, praças e passeios.

Quadro 6
Equipamentos e serviços utilizados

Equipamentos e Serviços utilizados	N	%	Total
Espaços Públicos (jardins, praças, ...)	154	80,2	192
Passeios nas ruas	156	81,3	192
Passadeiras	122	63,5	192
Ciclovias	12	6,3	192
Edifícios públicos (Câmara M., Correios, ...)	118	61,5	192
Transportes Públicos	85	44,3	192
Atividades/Eventos organizados pelo município (festivais, feiras, passeios,...)	83	43,2	192
Serviços prestados por voluntários	21	11,0	192
Serviços de Saúde e apoio social (Centro de Saúde, Lares, Centros de Dia, ...)	98	51,0	192
Serviços de Apoio domiciliário	26	13,5	192

Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Num patamar seguinte, com um grau de respostas intermédio, é possível encontrar um número considerável de respostas dirigidas para equipamentos relacionados com serviços públicos, necessários ao quotidiano da população inquirida, a par da utilização das passadeiras nas vias públicas.

Os serviços de saúde e de apoio social ocupam também uma posição intermédia no conjunto de equipamentos e serviços utilizados pelos inquiridos, seguidos pelos transportes públicos e por atividades/eventos, de diferente natureza, organizados pelo município.

Com um grau de utilização menos expressivo surgem os serviços de apoio domiciliário, os serviços prestados por voluntários e as ciclovias, com valores relativos entre os 13,5% e os 6,3% no conjunto da população inquirida.

Estes valores traduzem uma primeira perceção acerca dos equipamentos e serviços que, do ponto de vista da população idosa inquirida, tendem a constituir os espaços de maior apropriação e fruição da cidade, associados aos usos e rotinas instaladas e que tendem a preencher o quotidiano das pessoas idosas auscultadas neste estudo. O capítulo seguinte procura sistematizar e aprofundar um pouco mais o significado desta primeira perceção e avaliação.

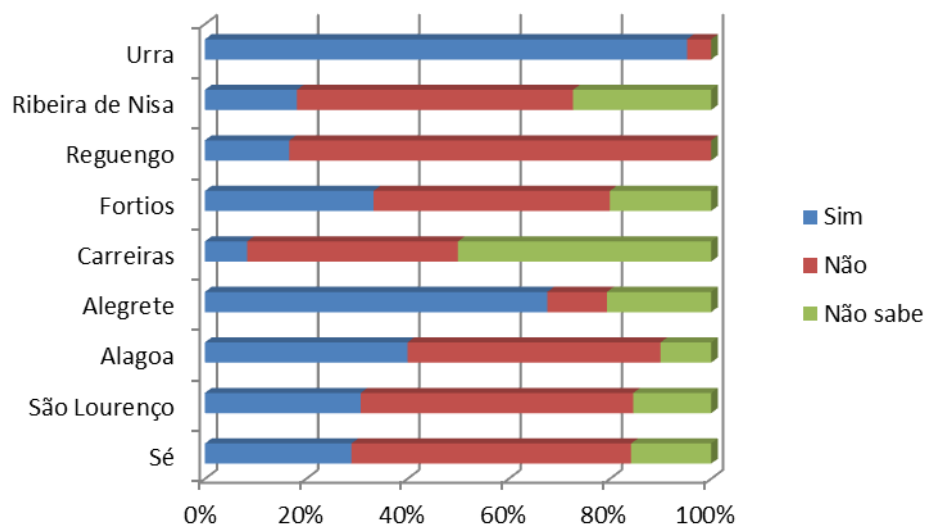
Dimensões de análise contempladas: uma leitura transversal

As questões do território não poderão ser alheias às questões da população, uma vez que esta é também o reflexo das dinâmicas físicas, socioeconómicas e culturais dos contextos locais (Marques, 2010). O território surge ainda enredado nas questões da globalização, não descurando o particularismo local, sendo o trabalho que aqui se desenvolve, um exemplo efetivo desta perspetiva, até pelo já anteriormente abordado.

O conhecimento das dinâmicas locais e dos próprios espaços públicos, constituem-se, assim, determinantes na reconfiguração de processos de desenvolvimento comunitário, para que estes se possam efetuar, sustentados nas características particulares encontradas.

Assim, e no que diz respeito às questões relacionadas com a dimensão *Espaços Exteriores e Edifícios*, os inquiridos que responderam (189) consideraram que, em termos de espaços públicos, estes se apresentavam limpos (79,9%) e gradáveis (84% de 187 respondentes). Relativamente aos espaços verdes, a maioria dos 188 respondentes, concordou com a existência de bancos (86,7%), os espaços estarem bem cuidados (79,6%) e em termos de segurança, apresentarem-se seguros (82,1% dos 190 inquiridos). Quanto aos passeios, 78,3% referiram que os mesmos estavam bem cuidados; contudo, apenas 42,6% dos 188 respondentes disseram serem antiderrapantes. No intuito de uma melhor compreensão, cruzamos esta resposta com a freguesia de origem, verificando-se que apenas nas freguesias da Urra e de Alegrete foi considerada a existência de passeios antiderrapantes; nas restantes freguesias, tanto rurais como urbanas, as respostas foram maioritariamente “não”.

Gráfico 1
Distribuição das respostas segundo a questão “Os passeios são antiderrapantes?” e a freguesia de origem



Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

De referir ainda que 46,6% de 189 inquiridos aludiram ao facto dos passeios não serem suficientemente largos para cadeiras de rodas. Também quando questionados acerca das passadeiras 52,1% das respostas foram que estas não tinham marcas antiderrapantes, à semelhança do que tínhamos verificado anteriormente com os passeios.

Outra questão que mereceu resposta negativa por parte da maioria dos questionados (190) foi relativamente à existência de sinais sonoros nos semáforos, sendo que 64,7% respondeu não. Quanto aos edifícios públicos, a maioria dos inquiridos considerou estarem perto uns dos outros (68,1%) e serem de fácil acesso (75,3%). Contudo, 47,6% dos 189 respondentes considerou que as pessoas mais velhas não tinham prioridade no atendimento. Apesar de tudo, a maioria dos respondentes entendeu que os edifícios públicos estavam bem assinalados, que a sinalização interior era adequada e que os mesmos tinham lugares sentados para descansar quando era necessário esperar e ainda existirem rampas e escadas em número suficiente. Porém, no que diz respeito à acessibilidade dos elevadores desses mesmos edifícios, as respostas dos 183 participantes dividiram-se em 33,9% sim, 36,6% não e 29,5% afirmou não saber.

No que diz respeito a questões higiénicas, a maioria dos respondentes concordou com a existência de casas de banho públicas em número suficiente, serem de fácil acesso e apresentarem-se limpas.

Relativamente à dimensão *Transportes* e nomeadamente no que diz respeito a custos, cerca de metade dos inquiridos, quando questionados acerca dos custos dos transportes públicos estarem afixados em local visível, responderam negativamente. O mesmo aconteceu, numa proporção superior, quando questionados acerca da frequência de transportes públicos à noite, fim de semana e feriados, situando-se as respostas negativas acima dos 70%. Relativamente ao estado dos veículos, a maioria dos respondentes considerou que estes estavam bem assinalados, limpos e em bom estado de conservação. Já em termos de acesso e utilização, dos 185 idosos que responderam a esta questão, 47% considera que tem dificuldade para entrar nos veículos públicos e 53,5% observa que os mesmos veículos circulam superlotados. Quanto aos lugares reservados e prioritários, as opiniões dividem-se entre as três hipóteses de resposta, não havendo uma posição clara dos respondentes sobre um direito que lhes é reservado.

Ainda no âmbito desta dimensão há a salientar uma clara tendência favorável nas respostas dos inquiridos que responderam (188), relativamente ao desempenho dos motoristas, assim como relativamente à localização, sinalização, acesso, limpeza, segurança e iluminação de paragens e estações de transportes públicos, considerando ainda a existência, nas mesmas, de lugares sentados (80,9%). Nas respostas dos inquiridos a esta dimensão, há ainda a salientar que apenas 20,4% dos 186 respondentes considerou que os táxis tinham um preço acessível, assumindo 44,6% desconhecimento relativamente à tarifa.

Situando-nos numa outra dimensão, no caso a *Habituação*, esta constitui uma das necessidades básicas que a população procura satisfazer. Analisando as suas características através de um olhar mais profundo, é possível ter uma perspetiva das condições dos seus residentes. Relativamente a esta dimensão, os respondentes do concelho de Portalegre consideraram, com valores acima dos 50%, que as casas estavam situadas em zonas seguras, próximas dos serviços e com vizinhança. No entanto, 68,4% de 190 participantes neste estudo, consideraram a existência de casas também elas situadas em locais isolados.

Também em termos de conforto, segurança e construção, as respostas foram majoritariamente afirmativas com frequências superiores a metade dos respondentes. Já relativamente à adaptação da habitação a pessoas com dificuldade na mobilidade e se estas existiam em número suficiente, a posição dos respondentes não foi tão clara, verificando-se alguma semelhança na distribuição das respostas pelas três opções disponíveis (sim, não e não sabe). O mesmo aconteceu quando inquiridos acerca do preço, quer em situação de arrendamento, quer de compra.

Entrando na linha da *Participação Social*, sabemos ser esta dimensão de extrema importância em termos de alteração de infraestruturas de âmbito local e inclusive do próprio planeamento de atividades e eventos culturais com vista ao “envelhecer com qualidade”, tal como já foi aludido por Torres (2008). No que diz respeito ao estudo aqui em discussão, é possível constatar que, no que se refere à boa localização dos eventos e atividades culturais, assim como à acessibilidade efetuada através de transportes públicos, as respostas foram positivas, situando-se em valores de 82,2 e 71,4%. O mesmo se verificou quando questionados acerca das condições de iluminação, horários, custos e informação disponibilizada em torno dos eventos, situando-se as respostas “sim”, em valores superiores a 50% dos inquiridos. O mesmo não se verificou, relativamente à questão da acessibilidade a estas mesmas atividades através de transportes públicos e variedade da oferta de eventos e atividades, oscilando as respostas entre o “sim” e o “não”, revelando uma área onde é necessário incidir a atenção em termos futuros.

Relativamente às questões relacionadas com a dimensão *Respeito e Inclusão Social*, verificou-se que segundo a opinião dos idosos inquiridos, os funcionários que prestam serviços são considerados prestáveis e amáveis, apresentando as respostas afirmativas uma percentagem de 79,9%. No que diz respeito à boa acessibilidade aos serviços públicos, por parte dos mais velhos com menos recursos económicos, assim como a instituições de solidariedade, esta foi considerada por mais de 50% dos inquiridos. Contudo, quando questionados acerca do bom acesso aos serviços privados a pagar, as respostas dividiram-se, sendo a frequência mais elevada (42,6%) verificada na resposta “não”. Quanto às questões relacionadas com o hábito de participação dos mais velhos nos meios de comunicação social, também a maioria das respostas se verificou na opção “não”. Porém, 46,6% consideraram que quando participavam, transmitiam uma imagem positiva. Quando questionados acerca da participação transgeracional, as respostas variaram bastante. Os participantes no estudo

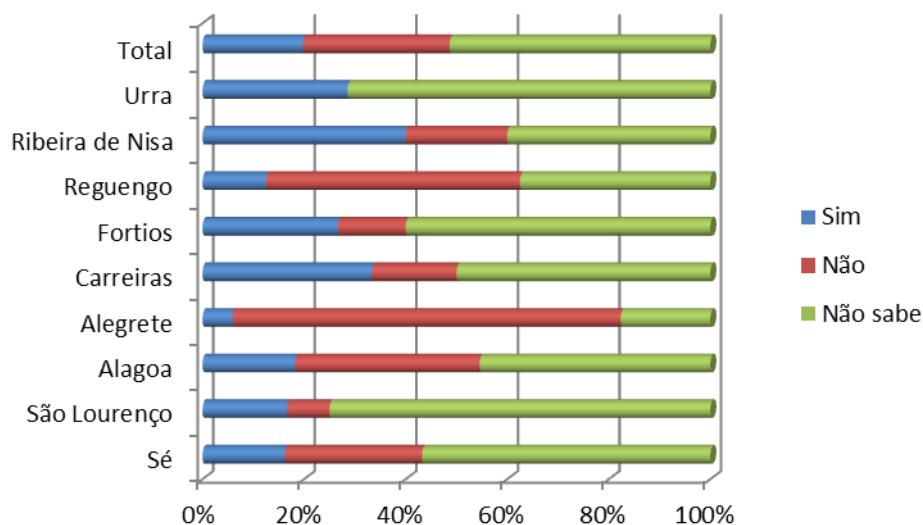
consideraram que os locais e as atividades para a comunidade eram feitos para atrair todas as gerações e que as pessoas mais velhas participam nas atividades comunitárias para as “famílias”, situando-se nestes casos as respostas “sim” em valores superiores a 50%. Tal poderá dever-se às características do próprio meio onde decorreu o estudo, pois tratando-se de um contexto do interior do país com características urbano-rurais, onde coexiste ainda um conceito de família muito próximo do tradicional conceito de família alargada, residindo até por vezes várias gerações com alguma proximidade geográfica.

Ainda no âmbito desta dimensão, mas quando questionados acerca do envolvimento das pessoas mais velhas nas atividades escolares, 50% dos 190 respondentes afirmaram que não havia esse envolvimento.

Quanto às questões relacionadas com a dimensão *Participação Cívica e Emprego*, verificou-se que 49,5% dos respondentes responderam “sim” à questão sobre as pessoas mais velhas poderem fazer voluntariado. Contrariamente, quando inquiridos sobre a existência de oportunidades para que os mais velhos possam trabalhar, 57,2% de 187 responderam que não. Outro aspeto que emergiu nesta dimensão foram as frequências elevadas na resposta “não sabe”, quando questionados sobre a existência de apoios para que as pessoas mais velhas possam trabalhar, se era encorajada a participação de pessoas mais velhas nos órgãos de decisão de instituições públicas, empresas privadas e associações sem fins lucrativos, o que demonstra uma necessidade de esclarecimento a este nível junto da população.

Na dimensão *Comunicação e Informação* e nas questões que abordavam o acesso a meios de comunicação, distribuição de sinal e receção, divulgação de informação e se esta informação tinha interesse para os mais velhos, os respondentes afirmaram maioritariamente que sim, verificando-se frequências superiores a 60%. No que diz respeito à comunicação oral e escrita, também a maioria dos respondentes concordou que eram utilizadas palavras simples e frases curtas. Contudo, quando lhes foi perguntado se os serviços de atendimento telefónico forneciam instruções de forma lenta/adequada, apenas 44,1% de 188 dos questionados respondeu afirmativamente. Quando inquiridos acerca do acesso à internet, uma percentagem significativa respondeu “não sabe”, verificando-se esta situação tanto nas freguesias rurais, como nas urbanas, revelando uma clara necessidade de intervenção e de esclarecimento também nesta área.

Gráfico 2
Distribuição das respostas segundo a questão “Nos locais públicos com computadores e internet o acesso é gratuito?” e a freguesia de origem



Fonte: Lista de Verificação de Características Fundamentais das Cidades Amigas das pessoas Idosas da OMS – Organização Mundial de Saúde

Neste estudo, também as questões relacionadas com os *Serviços Comunitários e de Saúde* foram abordadas. Verificou-se que, quando questionados acerca da disponibilidade de serviços de saúde adequados para promover a saúde, tratar a doença, reabilitação e apoio domiciliário, a maioria dos respondentes afirmou que sim. Todavia, revelaram algum desconhecimento relativamente à gestão/coordenação dos mesmos (42,8%, respondeu “não sabe”). A maioria também considerou que estavam bem localizados, acessíveis através dos transportes públicos e próximos da comunidade, sendo as suas instalações seguras para os mais velhos. De salientar que quando questionados acerca do atendimento efetuado pelos funcionários destes serviços, se eram respeitadores e prestáveis, as respostas afirmativas assumiram valores superiores a 80%.

Ainda nesta dimensão há a destacar o desconhecimento dos respondentes acerca de planos para ajudar os mais velhos em caso de calamidade, assumindo a resposta “não sabe” o valor de 48,4% o que traduz a necessidade de mais e melhores informações acerca dos planos de proteção civil e da divulgação dos mesmos junto da população mais idosa.

Nota Final

Uma cidade amiga das pessoas idosas apoia e protege as pessoas, permitindo-lhes envelhecer ativamente, ao reconhecer que os mais velhos representam um alargado leque de capacidades e recursos, apresentando respostas flexíveis às necessidades relacionadas com o envelhecimento, protegendo e apoiando os mais vulneráveis no sentido de promover a sua inclusão e contribuição na vida comunitária (FCG, 2009).

Face ao envelhecimento populacional a que assistimos e tendo em conta a noção de território exposta, não poderemos deixar de considerar diferentes aspetos, onde as acessibilidades dos espaços poderão ser desadequadas, ou até mesmo inacessíveis, ao uso público já antes aludido por Pereira (2012), impondo constrangimentos neste caso aos mais velhos. Logo, a inclusão da perceção dos mais velhos tal como foi aqui exposta, numa futura definição de prioridades em matéria de planeamento municipal dirigido a este segmento etário da população, será essencial numa perspetiva integradora socio espacial, proporcionadora de contributos, que concorram para a redefinição de uma urbanidade que se configure amiga dos idosos.

Referências bibliográficas

Fundação Calouste Gulbenkian (2009). *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Lisboa, FCG.

Governo de Portugal (2012), Programa de Ação de Portugal para o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações.

INE, Censos 2011. Resultados provisórios.

Marques, A. (2010). Da Construção do Espaço à Construção do Território. *Revista Fluxos & Riscos*, n.º1, pp. 75 – 88. Acedido em 29 de outubro em:
<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3293/1/Da%20constru%c3%a7%c3%a3o%20do%20esp a%c3%a7o%20%c3%a0%20constru%c3%a7%c3%a3o%20do%20territ%c3%b3rio.pdf>

Pereira, V. (2012). O Espaço Público da Cidade Competitiva: Lazer e Mobilidade; Inclusão e Exclusão. Atas do VII Congresso Português de Sociologia, acedido em 29 de outubro em:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1453_ed.pdf

Torres, M. (2008). Envelhecimento activo: um olhar multidimensional sobre a promoção da saúde. Estudo de caso em Viana do Castelo. Atas do VI Congresso Português de Sociologia, acedido em 29 de outubro em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/233.pdf>

United Nations, 2002, *Report of de Second World Assembly on Ageing*, Madrid, 8-12 de Abril. New York. Acedido em 17 de setembro de 2012 em: http://www.c-fam.org/docLib/20080625_Madrid_Ageing_Conference.pdf

Nota sobre os autores

Paula Oliveira*Δ, paulaoliveira@essp.pt;
Helena Arco* Δ helenarco@essp.pt;
Miguel Arriaga*Δ, miguelarriaga@essp.pt;
Olga Louro*Δ, olgalouro@essp.pt;
Sofia Roque*Δ, sofia.m.b.roque@essp.pt;
João Alves**Δ, joaoemilioalves@esep.pt;
Bruno Dionísio**Δ, bmdionisio@gmail.com;
Alexandre Martins**Δ, alxmiguelc@gmail.com;
Luísa Panaças**Δ, mlpanacas@esep.pt;
Maria de Deus Bravo***, deus.bravo@cm-portalegre.pt;
Andreia Costa****Δ, andreiasilva@dgs.pt.

* Docentes da Escola Superior de Saúde de Portalegre

** Docentes da Escola Superior de Educação de Portalegre

*** Técnica Superior de Serviço Social – Câmara Municipal de Portalegre

**** Dirigente da Direção-Geral da Saúde

Δ Investigador do C3I-IPP